

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

| |
|-----------------|
| SENTENÇA |
|-----------------|

| | |
|------------------|--|
| Processo nº: | 1010742-33.2014.8.26.0566 |
| Classe - Assunto | Procedimento Ordinário - Seguro |
| Requerente: | Paulo Aparecido de Oliveira |
| Requerido: | Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A |

PAULO APARECIDO DE OLIVEIRA ajuizou ação contra ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, pedindo a condenação ao pagamento da importância de R\$ 93.190,91, correspondente à diferença entre o capital segurado, de R\$ 102.718,00, e o valor indenizatório recebido em decorrência de um sinistro, que foi de apenas R\$ 4.391,19., discrepando da apólice portanto.

Citada, a ré contestou o pedido, alegando que o valor pago foi compatível com o grau de incapacidade apurada.

Em réplica, o autor insistiu nos termos do pedido.

Determinou-se a realização de diligência pericial, sobrevivendo manifestação do autor, de desinteresse nessa espécie de prova.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Este juízo deferiu a realização de exame médico-pericial, para avaliar o grau de incapacidade do autor, acreditando existir discordância quanto à avaliação feita pela Companhia Seguradora. Depreende-se melhor agora, à vista da manifestação deduzida a fls. 156/157, inexistir divergência quanto ao fato em si, de que a incapacidade verificada é apenas parcial. Depreende-se também, pelo conteúdo de tal manifestação, que o autor sequer diverge da estimativa da Companhia Seguradora, que identificou perda de 4,5%, percentual então aplicado ao capital segurado, conforme exposto a fls. 35. Dispensa-se, pois, o exame pericial, com expressa desistência do autor.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Essa mesma manifestação, de fls. 156/157, permite então melhor compreender a pretensão do autor, que não se dirige à melhor avaliação do grau de incapacidade mas ao raciocínio de que seu direito indenizatório, com base na apólice, seria ao recebimento do valor total do capital segurado, R\$ 102.718,00.

Sem razão.

Com efeito, a apólice declina o Capital Segurado Total (fls. 16) mas o pagamento, perante qualquer sinistro, é condicionado à constatação de seu resultado, notadamente, no caso específico, o grau de incapacidade do segurado, ocorrendo o pagamento integral na hipótese de incapacidade permanente total e pagamento proporcional em função do grau da incapacidade, se parcial.

As "Condições Gerais" do Contrato (fls. 58 e seguintes) explicam o critério de cálculo e a porcentagem para cada situação em que classificada invalidez parcial (fls. 61/62).

É típico dos contratos de seguro indenizar a invalidez parcial em função do respectivo grau. Nem faria sentido pretender-se indenização plena, do capital total segurado, quando a incapacidade é, como no caso dos autos, significamente inferior.

A indenização é paga em razão do grau da incapacidade.

A título de exemplo:

SEGURO DE VIDA. FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA INDENIZAÇÃO. DISPOSIÇÕES DA APÓLICE. RECURSO DO AUTOR IMPROVIDO.

Não merece acolhida a questão referente ao valor da indenização, em contrariedade às disposições da apólice, vez que há expressa previsão, constante do Termo de Adesão (TJSP, Apelação com revisão nº 657.142-0/1, Des. Rel. Armando Toledo, 7ª Câmara do extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil).

SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS - Ação de Cobrança - Indenização - Contrato em grupo - Doença profissional comprovada através de laudo pericial realizado pelo IMESC - Comprometimento de 10% do patrimônio físico do autor - Percentual calculado de acordo com a tabela da SUSEP - Admissibilidade - Inaplicabilidade das regras da infortunistica aos casos de indenização securitária fundada em direito comum - Liquidação da sentença por artigos que se mostra inadequada, já que não há necessidade de alegar e provar fato novo para se determinar o valor da condenação - Compensação da verba honorária afastada, já

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

que o autor teve seu pedido acolhido na íntegra - Recurso parcialmente provido, mantendo-se, no mais, a r. sentença de Primeiro Grau3” (TJSP, Apelação nº 711.204-0/7, Des. Rel. Carlos Nunes, 31ª Câmara de Direito Privado).

Conclusivamente, inexistindo impugnação do autor, quanto ao grau da incapacidade estimada pela Companhia Seguradora, tanto que dispensou a realização de prova médico-pericial, e sendo indiscutivelmente apenas parcial a incapacidade, o pagamento deveria – como de fato foi – proporcionalmente calculado sobre o capital segurado, inexistindo diferença a pagar.

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA